

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pelo editor, em 22 de dezembro de 2014, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 3.0, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

Authorization granted to the Institutional Repository of the University of Brasília (RIUnB) by editor, at December, 22, 2014, with the following conditions: available under Creative Commons License 3.0, that allows you to copy, distribute and transmit the work, provided the author and the licensor is cited. Does not allow the use for commercial purposes nor adaptation.

REFERÊNCIA

RIBEIRO, Gustavo Lins. Condição Transnacionalidade. **Série Antropologia**, Brasília, v. 223, p.1-34, 1997. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie223empdf.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

SÉRIE ANTROPOLOGIA

223

A CONDIÇÃO DA TRANSNACIONALIDADE

Gustavo Lins Ribeiro

**Brasília
1997**

A CONDIÇÃO DA TRANSNACIONALIDADE¹

Gustavo Lins Ribeiro

Introdução

À medida que a globalização desenvolve sua dinâmica seletiva reproduzindo ou criando poderosas elites e que o capitalismo transnacional mais e mais dita regras para os Estados nacionais, cresce a necessidade dos cidadãos em todo o mundo de se localizarem em novos cenários e de encontrarem maneiras de contrabalançar novas tendências hegemônicas. Discutir a condição da transnacionalidade é levantar a possibilidade de modificar nossas concepções sobre cidadania para encompassar uma clara sensibilidade e responsabilidade com relação aos efeitos de ações políticas e econômicas em um mundo globalizado. É o reconhecimento de que qualquer novo movimento que se alça sobre o horizonte necessita ser regulado por um contrário. Esta é a única garantia que temos de que uma só tendência não colonizará, de maneira totalizante, todo o espaço que possa encontrar.

As questões que quero tratar transcendem as fronteiras de qualquer área do mundo. O que o reino do capitalismo transnacional e da globalização significará para diferentes regiões é objeto de muito debate. Mas está claro que estas forças redefinem as relações regionais internas e externas, em muitos aspectos. É claro, também, que o mundo passa por fortes realinhamentos econômicos e políticos, exemplificados pelo fim da União Soviética, a posição proeminente da China no comércio mundial, a emergência de poderosas economias capitalistas no Pacífico e pela presença de entidades políticas e econômicas como a União Européia ou o Mercosul.

O transnacionalismo tem fronteiras e similaridades com temáticas como globalização, sistema mundial e divisão internacional do trabalho. Mas sua própria particularidade reside no fato da transnacionalidade apontar para uma questão central: a relação entre territórios e os diferentes arranjos sócio-culturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam pertencimento a unidades sócio-culturais, políticas e econômicas. Isto é o que denomino modos de representar pertencimento a unidades sócio-culturais e político-econômicas. Estes modos são centrais para a definição de

1. Este artigo é a versão final de um texto programático escrito em 1994. Nos anos seguintes beneficiei-me das críticas, sugestões e incentivos de muitos estudantes, colegas e amigos, em várias ocasiões e cenários institucionais, como cursos de pós-graduação dados na Universidade de Brasília, na *Universidad Nacional de Misiones* (Argentina) e na *Johns Hopkins University* (EUA); em palestras e conferências na América Latina e nos Estados Unidos. A lista completa de pessoas deveria ser muito maior do que a que segue, mas quero reconhecer a força dada por Gabriel Álvarez, Henyo Trindade Barreto, Leopoldo Bartolomé, Rafael Bastos, Lanfranco Blanchet, Rob Borofski, Roberto Cardoso de Oliveira, Arturo Escobar, Aníbal Ford, Néstor García Canclini, Ulf Hannerz, Myriam Jimeno, Paul E. Little, Italo Moriconi Jr., Renato Ortiz, Jane Schneider, Luís Eduardo Soares, Hernan Vidal, Eduardo Viola e Eric R. Wolf. Não poderia ter escrito este trabalho sem a presença e interlocução de Flávia Lessa de Barros. Como sempre, a responsabilidade pelo seu conteúdo é exclusivamente minha.

alianças em múltiplos contextos de cooperação e conflito. São precisamente as formas através das quais nos integramos nestes guarda-chuvas simbólicos que estão mudando rapidamente com a globalização.

O transnacionalismo coloca em perigo a lógica e eficácia de modos pré-existentes de representar pertencimento sócio-cultural e político. Apesar de podermos falar claramente de transnacionalismo enquanto fenômeno econômico, político e ideológico, a transnacionalidade enquanto tal, isto é a consciência de fazer parte de um corpo político global, mantém, em muitos sentidos, características potenciais e virtuais. Esta é a razão porque prefiro considerar a condição da transnacionalidade do que a sua existência de fato. Explorarei este tópico apresentando sete conjuntos de condições que são separáveis apenas por motivos analíticos e expositivos, uma simplificação que faço conscientemente para ganhar clareza na minha argumentação.

(1) Condições Integrativas.

Transnacionalidade faz parte de uma família de categorias classificatórias através das quais as pessoas se localizam geográfica e politicamente. Os modos de representar pertencimento a unidades sócio-culturais aumentaram em complexidade no tempo através de processos de integração de pessoas e territórios em entidades cada vez maiores. Historicamente as relações entre populações e territórios têm resultado em formas de representações coletivas associadas com identidades sociais, culturais e políticas, através das quais as pessoas podem reconhecer seu pertencimento a uma unidade e podem aceitar, por meios pacíficos ou violentos, a autoridade de símbolos, indivíduos ou entidades políticas que pretensamente representam um território, seus habitantes, natureza, herança cultural, etc. Os sujeitos coletivos - sejam famílias, linhagens, clãs, segmentos, metades, tribos, cacicazgos, reinos, impérios, Estados nacionais - são sempre um “nós” imaginado, coletividades imaginadas com graus variáveis de coesão e eficácia simbólica. Apesar de muitas das formas de identificação com essas coletividades se construírem através de meios culturais/ideológicos consensuais e pacíficos (totens, bandeiras, hinos, educação pública), a transgressão ou a ambivalência de lealdades são, no mais das vezes, fortemente punidas.

A sequência acima de “sujeitos coletivos” não significa que concorde com visões evolucionistas da história. Mas o intercalamento de segmentos étnicos sob uma mesma unidade política tem aumentado com o decorrer do tempo, causando relações cada vez mais complicadas entre forças de homogeneização e heterogeneização. Os antropólogos com frequência procuraram elaborar ferramentas heurísticas para interpretar a dialética entre semelhança e diferença, entre realidades locais e supralocais, continuidade e mudança, contiguidade e disjunções. Steward (1972 [1951]), por exemplo, provê um exemplo clássico e útil de um antropólogo lidando com a complexidade crescente de unidades sócio-culturais. Seu objetivo principal era compreender fenômenos sócio-culturais ocorrendo nos quadros das “nações modernas”². O conceito de Steward de níveis

2. O diálogo de Steward com seus interlocutores acadêmicos, trabalhando com “conceitualizações inadequadas” (como padrões de características culturais internas e persistentes) inspiradas na análise de “sociedades tribais”, explica, parcialmente, o que hoje podemos considerar um esquema analítico muito rígido (especialmente se

de integração socio-cultural fornece uma base a partir da qual se pode construir instrumentos interpretativos para lidar com a natureza aberta e cambiante da imersão/exposição de pessoas, segmentos e classes em/a vários contextos sociológicos locais e supralocais com diferentes poderes de estruturação. Tenho particular interesse na capacidade deste conceito em correlacionar agentes individuais e coletivos com diferentes unidades espaço-sócio-culturais que possuem variadas expressões institucionais e territoriais. Níveis de integração sócio-cultural podem se referir ao “nível nacional”, isto é a instituições que “têm aspectos de alcance nacional e internacional” (Steward 1972: 47), ou a “segmentos sócio-culturais”, que, por sua vez, são grupos localizados ou horizontais como castas, classes e divisões ocupacionais que “recortam localidades em alguma medida” (idem: 48). Níveis de integração são um conceito plástico que pode se referir a outras configurações como a “família nuclear” e o “Estado” (ibidem: 54).

A minha concepção de níveis de integração é também informada por uma fusão heterodoxa de análise regional com uma compreensão fluída das relações entre parte e todo de qualquer sistema organizativo ou classificatório. Interpreto-os como um espectro formado pelos níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional. Limites reais entre estes níveis são quase sempre difíceis de serem encontrados (problema comum a toda noção analítica, tendo em vista o caráter aberto, condensado da vida social e os valores sócio-culturais embutidos nas classificações espaciais) e, pode se argumentar, outras escolhas poderiam ser feitas. Mas, para ser claro e simples, faço a seguinte equação. O nível local corresponde à localização imediata de experiências fenomenológicas diárias, isto é, ao conjunto de *loci* onde uma pessoa ou grupo conduz atividades cotidianas regulares, interagindo com, ou sendo expostos a diferentes redes sociais e instituições. Pode variar de um conjunto de áreas do campo ou de uma grande cidade, a toda uma cidade. O nível regional corresponde à definição cultural/política de uma região dentro de uma nação, como o Sul, nos Estados Unidos, ou a Galícia, na Espanha. Os níveis nacional, internacional e transnacional referem-se à existência do Estado-nação e às suas relações internas e externas.

Os níveis de integração têm poderes diferentes sobre a estruturação das capacidades de agentes coletivos e individuais. São, portanto, instâncias fundamentais de formação identitária. Uma pessoa pode ser de Posadas, do nordeste da Argentina, da América Latina ou um argentino transmigrante na cidade de Nova Iorque. As relações entre os diversos níveis de integração não são unilineares, mas marcadas por disjunções e poderes de estruturação circunstanciais e desiguais. Também implicam uma lógica de inclusividade, isto é, quanto mais distantes do nível local, mais abstratas, ambíguas e sujeitas a estereotipificação as categorias se tornam.

É importante relembrar, em sintonia com autores como Elias (1994), que integração não significa necessariamente inclusão em nenhum sentido positivo. Muito ao contrário, historicamente, o advento de um novo nível de integração tem significado a exclusão ou perda relativa de poder de diferentes segmentos sociais. Tem também significado mudanças radicais nos modos de representar indivíduo, comunidade, sociedade, espaços públicos e privados. Integração é, de fato, uma metáfora sobre a crescente quantidade de território e pessoas englobada por sistemas sócio-culturais, políticos e econômicos. Quando nos referimos à integração, estamos tratando de processos complexos de lutas por

pensamos em suas noções de grupos subculturais e subsociedades).

hegemonia que não podem ser simplificados. Os resultados reais destes processos são sempre derivados do encontro de forças políticas diferentes e frequentemente opostas.

(2) Condições Históricas

Em muitas maneiras o transnacionalismo não é fenômeno novo. Consideremos, por exemplo, os papéis desempenhados na história do Ocidente por instituições e elites intelectuais, religiosas e econômicas, com suas visões e necessidades cosmopolitas. Mas o desenrolar completo do transnacionalismo supõe o entrelaçamento de duas grandes forças. Primeiro, o amadurecimento do sistema de Estados-nações, um acontecimento do século XX que alcançou sua plenitude após a Segunda Guerra Mundial, com o processo de descolonização. Segundo, o exacerbamento de processos de globalização, algo que poderia atingir o presente nível apenas após os avanços tecnológicos nas indústrias de comunicação e transportes ocorridos nas últimas duas ou três décadas.

Este não é o lugar para delinear a história do sistema mundial nem a dos diferentes modos de representar pertencimento a unidades sócio-culturais. Mas transnacionalidade necessita ser compreendida em relação a processos históricos que evoluem notadamente desde o século XV quando a Europa começou uma expansão política, econômica, social, cultural e biológica que sedimentou progressivamente o sistema mundial com diferentes graus históricos e geográficos de integração (Wallerstein 1974). A expansão européia coincide amplamente com a expansão capitalista e as diferentes realidades interconectadas que esta criou ao redor do planeta (Wolf 1982). Modernidade é um rótulo frequentemente associado a este processo, um processo no qual o crescimento das forças produtivas, especialmente das indústrias de comunicação, informação e transportes, provocou um “encolhimento do mundo” (Harvey 1989). Assim, heterogeneidade cada vez mais se produz na presença de processos de homogeneização.

A natureza do presente estado da integração do sistema mundial é altamente discutida. Mudanças recentes na economia política capitalista impactaram a divisão internacional do trabalho e alguns dos principais atores nesta arena. Um ponto particularmente controvertido relaciona-se ao futuro do Estado-nação (Mann 1996, Nairn 1996, Verdery 1996), o último nível de integração a emergir completamente e dentro do qual a existência política de quase todos os atores individuais e coletivos se define no presente. O conhecimento sobre processos de construção da nação tornou claro tratar-se de um processo seletivo, liderado por elites quase sempre identificadas com uma “tradição” ou passado étnico que é elevado ao status de cânone standard para todos os cidadãos a despeito da existência de outras raças, línguas e culturas (veja, por exemplo, Balakrishnan 1996, Williams 1989).

O Estado-nação provê um cenário histórico exemplar para desenvolver mais ainda meus argumentos. Primeiro, mostra como comunidades imaginadas dependem de uma instância homogeneizante para unificar seus membros, ao arripio das diferenças existentes. Esta é a armadilha do “nós”, embutida na construção de qualquer sujeito coletivo. O “nós” pode ser construído através de meios simbólicos ou classificatórios (totens, línguas, por exemplo). Neste nível, funciona como um aparato classificatório sócio-psicológico que localiza as pessoas, ao mesmo tempo que as transforma em seres

políticos ao conferir-lhes características e posições supra-individuais. O que está em jogo é a relação entre parte e todo, segmento e totalidade, bem exemplificada na análise de Evans-Pritchard (1940) sobre o segmentarismo Nuer. O “nós” pode ser construído também através da autoridade do pai, ou da mãe, que fala em nome da família; através da autoridade do líder, do partido, da instituição, que falam em nome de seus membros e representados. Aqui, é um sequestro da voz o que ocorre, isto é, uma obliteração parcial ou total da capacidade de representar a si mesmo, de ser um sujeito. O problema surge, assim, quando forças de homogeneização, implícitas em qualquer unidade social baseada em comunalidades reais ou atribuídas, performam, como no caso de construção da nação, ventriloquismo político.

A segunda questão engatilhada pela consideração do Estado-nação enquanto nível de integração, trata da relação entre heterogeneidade e homogeneidade. Atores sociais podem ser membros de muitas unidades sócio-culturais e políticas ao mesmo tempo. A definição simultânea de inclusão e exclusão é uma operação realizada pela lógica do sistema classificatório, um truque possível graças à coexistência de diferentes níveis de integração. Ser membro de totalidades mais amplas e complexas, supõe pertencimento a segmentos menores. Até mesmo a presença de uma potente força de unificação, como o Estado-nação, não é suficientemente poderosa para anular todos os segmentos heterogêneos pré-existentes ou a produção de novos. Este reconhecimento é particularmente importante pois leva a ver que, de formas contraditórias e frequentemente violentas, forças homogêneas e heterogêneas coexistem. O mesmo ocorre, porém com maior intensidade, no nível transnacional de integração, razão porque metáforas de disjunções e hibridismo são tão frequentes na literatura sobre o assunto. Em consequência, não é necessário que o Estado-nação desapareça para que o nível de integração transnacional exista.

O transnacionalismo causará mais mudanças nas relações entre Estado e nação, dando forma a novas configurações. Para Rosenau (1990), em uma época de turbulência na política mundial onde forças multicêntricas e Estado-cêntricas coexistem, existem atores “amarrados em soberania” e atores “livres de soberania”. Hannerz (1996a: 81) considera que os Estados “podem, presumivelmente, encontrar formas de existir sem a nação”, mas ele conclui (idem: 90) que a “nação e sua cultura (...) não estão sendo substituídas por nenhuma ‘cultura transnacional’ única (...) é um processo de fragmentos, de desajustes, frequentemente não planejado (mas às vezes sim) em várias grandes e pequenas escalas, que já podemos observar”. Habermas (1996: 293) acha que “devemos tentar salvar a herança republicana, transcendendo os limites do Estado-nação. Nossas capacidades para a ação política devem manter o passo com a globalização de sistemas e redes auto-reguláveis. O que em geral parece ser necessário é o desenvolvimento de capacidades para ação política em um nível acima e entre os Estados nacionais”. Em sua análise de processos de formação individual e coletiva induzidos por forças contemporâneas de integração global, Elias (1994: 139) considera que “a difusão de um sentimento de responsabilidade entre os indivíduos pelo destino de outros que estão muito além das fronteiras de seu país ou continente” é sinal da emergência de um nível global de integração. Para ele (idem: 148), a transição para um novo nível de integração total da humanidade, com uma organização humana mais abrangente e complexa, gera, como em outras situações prévias, “conflitos de lealdade e consciência” dadas, entre outras coisas, a resultante instabilidade institucional e representacional, tanto quanto a presença

concomitante de processos de desintegração e de transferência de poder de um nível de integração para outro.

(3) Condições Econômicas

O alcance global do capitalismo atual é auto-evidente. O Banco Mundial, após a admissão de antigos países da União Soviética, agora pode afirmar ter “um quadro de membros quase universal” (World Bank Group 1995: 14). Historicamente, muito da eficácia da expansão capitalista baseou-se em formas de produção, verdadeiras cabeças-de-ponte responsáveis durante tempos coloniais e imperiais pelo domínio de novos territórios e populações, tanto quanto pelo estabelecimento de diversos fluxos de pessoas, capital, mercadorias e informações. *Plantations*, minas, grandes projetos, zonas de processamento para exportação, são alguns exemplos de poderosos empreendimentos que transformaram localidades em fragmentos do sistema mundial, dramaticamente aumentando as interconexões entre diferentes áreas (Wolf 1982). Fronteiras econômicas em expansão, sobretudo as vinculadas à agricultura e pecuária, igualmente tiveram um importante papel na incorporação de novos territórios e populações.

O processo histórico de integração política e econômica capitalista foi viabilizado militarmente de diversas formas. Mais recentemente, bombas nucleares, por exemplo, com sua capacidade de destruir o globo, provocaram sentimentos de pertencer a um mesmo planeta e modificaram a configuração do sistema mundial. Contudo, os militares têm meios menos letais de exercer influência sobre o desenvolvimento econômico nacional/internacional e o avanço científico-tecnológico. Myoshi (1996: 84), citando Melman (1991), afirma que o orçamento do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em todos os anos de 1951 a 1990, foi maior do que os lucros líquidos combinados de todas as corporações norte-americanas. O poder da “economia militar” nos EUA espalha-se em incontáveis contratos com empreiteiras e subempreiteiras, de tal forma que Miyoshi (idem) conclui que o “Pentágono ... planeja e executa uma política econômica centralmente organizada” que transforma a segurança nacional americana em uma questão de natureza essencialmente econômica, arrastando, com o seu peso, as tendências da economia mundial³.

O capital sempre desrespeitou fronteiras políticas e expandiu-se através de movimentos de centralização e descentralização (Marx 1977). Não são novas as redes supranacionais de instituições financeiras. Ondas de colonialismo e imperialismo criaram as condições inter-nacionais - como o estabelecimento de elites econômicas e administrativas que compartilham objetivos, ideologias, planos estratégicos, cenários institucionais, esquemas operacionais - que precederam o advento do capitalismo transnacional. Condições político-econômicas cambiantes requereram diferentes teorias e ideologias em diversos momentos. Marx, por exemplo, entendeu o poder transformativo globalizante que o capital tinha na criação de um mundo radicalmente novo. Para ele o

3. Abaixo do presidente americano, “o principal funcionário da administração da economia militar”, estão os “gerentes de 35.000 das maiores firmas empreiteiras e ao redor de 100.000 subempreiteiras. O Pentágono usa 500.000 pessoas em sua própria rede de compras no seu Escritório Administrativo Central” (Miyoshi 1996: 84).

proletariado seria a força contra-hegemônica global a defrontar-se com os capitalistas. A implicação política óbvia era um apelo para que os trabalhadores do mundo se unissem. Hoje, após o fim do “socialismo realmente existente”, podemos entender esta afirmação como um chamamento para uma cidadania global, já que “no domínio internacional, onde os Estados são fracos e os mercados dominantes, a sociedade civil pode oferecer uma identidade alternativa a pessoas que, de outro modo, seriam apenas clientes, consumidores ou espectadores passivos de tendências globais contra as quais nada podem fazer” (Barber 1996: 285).

É preciso distinguir o capitalismo transnacional do capitalismo internacional e multinacional. O primeiro envolve uma lógica diferente de estruturação de agentes econômicos e políticos, levando à emergência de uma nova hegemonia. O capitalismo internacional supõe a operação ampla da divisão internacional do trabalho, existente no jogo entre diferentes Estados nacionais soberanos, atuando enquanto poderosos agentes políticos e econômicos. O capitalismo multinacional supõe a associação de capitais com diferentes origens nacionais no mesmo empreendimento. Neste caso, ainda é possível identificar, em maior ou menor grau, a composição do capital e sua responsabilidade política em termos de nacionalidade. O capitalismo multinacional é o terreno sobre o qual cresce o capitalismo transnacional (Miyoshi 1996). Neste último, é impossível traçar as origens do capital, dada a volatilidade e flexibilidade do capital financeiro e industrial sob regimes de acumulação flexível (Harvey 1989). As corporações transnacionais (CTN) embaralham a lógica das relações entre os diferentes níveis de integração promovendo a existência de redes globais com novos sentidos de pertencimento e lealdade. A relação entre territorialidade e responsabilidade política encontra-se, agora, passível de ser ocultada sem um plano pré-estabelecido ou sem necessariamente recorrer à violência. O capital está completamente desterritorializado em seu fluxo planetário e fragmentação global.

Sklair (1991: 6) acertadamente considera a corporação transnacional como o principal *locus* de práticas econômicas transnacionais. Miyoshi (1996) enfatiza a segmentação étnica dos mercados de trabalhos das CTNs, um assunto que explorei etnograficamente estudando a construção de uma hidroelétrica na fronteira da Argentina com o Paraguai (Ribeiro 1991, 1994). No contexto etnicamente segmentado de um mercado de trabalho de um grande projeto, as CTNs desempenhavam o papel de uma importante agência de formação de identidade transnacional. Para Miyoshi o multiculturalismo destas corporações é uma forma de quebrar mais ainda os elos entre empregados e respectivas lealdades nacionais. É importante, assim, reter que o embaralhamento dos diferentes níveis de integração promovido pelas CTNs tem consequências que vão além das políticas e econômicas, impactando, por exemplo, processos de formação identitária.

As corporações transnacionais operam em um ambiente co-habitado por outras agências interessadas em supranacionalismo e que têm funções importantes na economia política do presente. Entre elas estão novas (e não tão novas) entidades com diferentes graus de institucionalização e poder. Incluem o G-7⁴; o Clube de Paris; bancos regionais e

4. As nações industrializadas “mais ricas” que formam o G-7 são: Alemanha, Canadá, França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália e Japão. Após 1991, com o fim da União Soviética, a Rússia começou a participar no que agora é conhecido como a “Cúpula dos Oito”.

multilaterais (Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento; e outros); agências e organizações multilaterais (Organização das Nações Unidas; Fundo Monetário Internacional; Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio; Organização Mundial do Comércio; e outras); blocos econômicos e políticos como a União Européia, o Acordo de Livre Comércio do Atlântico Norte (NAFTA) e o Mercosul. As lutas e dramas políticos destas entidades se desenrolam em diferentes *loci*, como, por exemplo, suas sedes mundiais, parlamentos nacionais, conferências internacionais/globais, e através da mídia. Também estimulam novas ideologias, legislação, políticas e burocracias. O Mercosul, por exemplo, está no processo de criar sua própria comunidade imaginada através da construção de um passado comum, frequentemente organizado ao redor de rituais supranacionais de integração (Álvarez 1995).

O capitalismo transnacional é altamente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo flexível pós-fordista. Existem duas características do capitalismo pós-fordista que desejo destacar. Primeiro, a integração dos maiores mercados financeiros do mundo em uma corrida planetária por lucros. Esta é uma das principais forças subjacentes à impossibilidade de atribuir rótulos nacionais a transações econômicas transnacionais. Segundo, a fragmentação de um mesmo processo produtivo por diferentes áreas do mundo. Esta disseminação maximiza o uso que os empresários capitalistas podem fazer de força de trabalho e recursos naturais baratos em escala planetária, ao mesmo tempo que dificulta enormemente a articulação de trabalhadores, normalmente representados por entidades operando nos quadros do Estado-nação. Ambas tendências, se alimentam do que Castells chama *a revolução da tecnologia de informação*, “um acontecimento histórico tão importante quanto a Revolução Industrial do século dezoito, induzindo um padrão de descontinuidade na base material da economia, sociedade e cultura” (Castells 1996: 30). Estados e comunidades tecno-científicas tiveram um papel fundamental em desatar o novo “modo informacional de desenvolvimento”, um contexto onde a passagem do industrialismo para o informacionalismo ocorre e onde a economia informacional global e a sociedade informacional prosperam. Para Castells (idem: 21) “o termo informacional indica o atributo de uma organização social específica na qual a geração, o processamento e a transmissão de informação tornaram-se as fontes fundamentais de produtividade e poder”.

(4) Condições Tecnológicas

O encolhimento do mundo se dá através de um processo que Harvey (1989) denominou de “compressão do espaço-tempo”. Dois tipos de desenvolvimento tecnológico são os mais importantes aqui. Aqueles relacionados ao crescimento das indústrias de transporte e de comunicação, ao incremento da velocidade e da simultaneidade. Aparatos de compressão do espaço-tempo têm suas próprias genealogias e contribuem para a aniquilação do espaço através do tempo, criando a possibilidade de experimentarmos o mundo como uma entidade menor, mais fragmentada e mais integrada. Estes aparatos são o *hardware* que amarra a rede global.

Após a revolução industrial, a velocidade aumentou significativamente e tornou-se tão capilar que se encontra naturalizada no presente. Os aparatos da velocidade fazem

parte de uma geneologia que inclui locomotivas, barcos a vapor, carros, motocicletas, aviões. Todos, em maior ou menor grau, símbolos de modernidade em si mesmos (Berman 1987, Foot Hardman 1988, veja também Virilio 1986). A naturalização da simultaneidade é igualmente verdadeira. Desde o telégrafo, os aparatos da simultaneidade incluem o telefone, rádio, televisão, fax e redes de computadores. Se a velocidade transforma o espaço em uma entidade obviamente relativa, a simultaneidade virtualmente aniquila espaço e tempo. Na era dos satélites, comunicar-se de Brasília com Tóquio dissolve vários fusos horários. É o fim do espaço absoluto, o império do espaço relativo na teia global que facilita e energiza a mistura hipercomplexa de pessoas, capital e informações. Para Paul Virilio “não existe globalização, existe apenas virtualização. O que está sendo efetivamente globalizado pela instantaneidade é o tempo. Tudo agora acontece dentro da perspectiva do tempo real: a partir de agora julga-se que vivemos em um ‘sistema de tempo-único’. Pela primeira vez, a história se desenrolará dentro de um sistema de um só tempo: o tempo global” (1995: 2).

Esta situação deve ser compreendida em relação às posições cambiantes dos diferentes setores do sistema industrial. A existência do modo de desenvolvimento informacional sob o capitalismo flexível implica em novas posições hegemônicas para as indústrias eletrônicas e de informática. A centralidade da comunicação e da informação provoca ou reforça a reestruturação da organização da produção, das ideologias gerenciais, das características do mercado de trabalho, da cultura de consumo, e de muitas instituições relacionadas ao *establishment* militar, médico, educacional e político. Ao mesmo tempo, a obsolescência planejada na eletrônica e na informática acontece em uma grandeza à altura da volatilidade do capital e das taxas de retorno.

As redes globais de comunicação tornaram-se um redemoinho redefinidor de funções político-econômicas, de atribuições e representações coletivas, dissolvendo, ao redor do planeta, linhas entre diferentes níveis de integração. A televisão global e as redes de computadores dão vida ao principal suporte simbólico e ideológico para a emergência da cultura e representações transnacionais.

A TV global está sendo crescentemente popularizada através dos serviços de diferentes canais à cabo. Canais como ESPN, MTV, HBO estão altamente disseminados. Entre estes, a *Cable News Network* (CNN) é arquetípica. O mundo pode agora assistir, simultaneamente, a selecionadas visões homogêneas que imprimem poderosos mídiapanoramas na cultura global⁵. Uma rede de telejornalismo global é, sem nenhuma dúvida, um poderoso fator na formação da opinião pública transnacional. Ainda é cedo para saber quais são os impactos desta força homogeneizadora, estudos sobre diferentes

5. “Mídiapanoramas referem-se tanto à distribuição da capacidade eletrônica de produzir e disseminar informação (...), que agora se encontra disponível para um número crescente de interesses públicos e privados ao redor do mundo, quanto às imagens do mundo criadas por essa mídia” (Appadurai 1990: 9). Uma amostra dos programas de TV, filmes, músicas e livros de não-ficção mais populares no Brasil, Inglaterra, Alemanha, Egito, Israel, África do Sul, Índia, Hong Kong e Japão, traçou um quadro heterogêneo do consumo de mass media (“The Media Business: What is Playing in the Global Village”, *The New York Times*, 26 de maio de 1997, D4-5). Música, TV e livros localmente produzidos (frequentemente marcados por estilos norte-americanos) prevaleceram em todos estes países. O cinema americano dominou estes mercados com a exceção do Egito e Índia. Estes resultados são marcados por diferentes fatores como custos relativos de produção e a política cultural em cada país (incluindo censura). Mas também indicam “que ao menos tão rapidamente quanto são trazidas para novas sociedades, as forças de várias metrópoles tendem a ser indigenizadas de uma forma ou outra” (Appadurai 1990: 5).

recepções da CNN ao redor do mundo ainda precisam ser feitos. Eis terreno fértil para o trabalho de antropólogos e linguistas que podem avaliar como imagens e tópicos globais passam a ser parte do imaginário e da pragmática da vida cotidiana. Mas, podemos supor que a TV global cria tópicos comuns para muitos espectadores no mundo tanto quanto sentimentos de pertencer à mesma cadeia de eventos, de estar sob as asas do tempo global. O que está sendo elaborado aqui é uma matriz de sentidos, de formas de representação e de construção de identidades, tanto quanto de uma história compartilhada, processos centrais para a construção de qualquer comunidade imaginada.

As redes globais de televisão à cabo frequentemente supõem outro importante fenômeno linguístico - a hegemonia do inglês enquanto *créole* do sistema mundial. Mais do que nunca, é clara a predominância do inglês enquanto meio linguístico de intercâmbio internacional e transnacional. Estudos sócio-linguísticos sobre as relações entre poder e língua se defrontam, igualmente, com novos cenários para explorar. Tal tendência também é perceptível internamente à grande rede de computadores que articula o mundo em escala global.

Desenvolvida primeiramente como parte de um projeto norte-americano de defesa, a Internet, a rede das redes, atualmente interconecta muitos milhões de pessoas em todo o globo, tornando-se um poderoso multimeio de troca simbólica transnacional e comunicação interativa. Dado que a fronteira eletrônica está sempre expandindo-se, as possibilidades, uma vez mais na história humana, parecem infinitas. No ciberespaço pessoas sem rosto comunicam-se em um mundo virtual “paralelo”, *on-line*, onde tempo, espaço e geografia inexistem ou não têm importância (Benedikt 1994; Featherstone and Burrows 1995; Jones 1995; Stone 1992, 1995). Anderson (1991) mostrou, retrospectivamente, a importância do capitalismo literário para a criação de uma comunidade imaginada que se tornaria um Estado-nação. Frente à existência da Internet com o seu inglês-de-computador e seus cibercompanheiros; do tempo global; de processos de virtualização que perturbam a percepção da realidade e do *self* criando novas posições para os sujeitos e novas formações de identidades; sugiro que o capitalismo eletrônico-informático é o ambiente necessário para o desenvolvimento de uma comunidade transnacional imaginada-virtual e a Internet a sua base tecno-simbólica⁶.

O transnacionalismo atravessa diferentes níveis de integração de tal forma que é altamente difícil relacioná-lo a algum território circunscrito. Seu espaço só pode ser concebido como difuso e disseminado em uma teia. O nível de integração transnacional, desta forma, não corresponde a realidades espaciais como os outros níveis. De fato, o transnacionalismo manifesta-se tipicamente através de uma articulação diferente do espaço real e da criação de um novo domínio de contestação política e de ambiência cultural que não são equivalentes ao espaço que normalmente experimentamos - são os assim chamados ciberespaço e cibercultura (Escobar 1994).

Ciberespaço é o universo que um **usuário** experimenta quando ele/a entra em uma rede. Aí não apenas sentirá estar em um mundo virtual *high-tech*, mas também encontrará outros **usuários**, normas, visões de mundo, procedimentos e discursos que conformam uma cibercultura subdividida em muitos segmentos diferentes. Os “internautas” são expostos às proezas da velocidade, simultaneidade e virtualidade, à consciência do

6. O argumento completo sobre este assunto pode ser encontrado em Ribeiro (1996, 1997, no prelo a).

experimental imediato do encolhimento do mundo, à sensação de acesso à infinita disponibilidade de informação e interlocução. A cibercultura leva ao paroxismo algumas das mais poderosas promessas da modernidade, incluindo a suposição de uma comunidade global diversificada, existente em tempo real, ali, em uma dimensão paralela, com os seus muitos fragmentos, unificados apenas através de abstrações e implodindo sobre as cabeças dos atores perseguidos por antigas pretensões a identidades orgânicas e resolvidas. A reconfiguração de corpos e identidades - tornada possível pela multidão global virtual e pelo espaço fragmentado, descentrado, global, virtual - potencializa a experiência anônima cosmopolita internamente ao ciberespaço. Manipulação de identidade agora é tão fácil quanto jogar com *video-games*, algo que parcialmente explica o número expressivo de adolescentes na Internet.

Virtualidade é um conceito chave para entender o tipo de cultura da comunidade transnacional. Sensibilidade à virtualidade é uma característica geral dos seres humanos, já que somos capazes de ser simbolicamente transportados para outros lugares, imaginar o que não está aqui e, mais ainda, criar realidades de estruturas que são puras abstrações antes de tornarem-se fatos empíricos. Comunidades virtuais existiram antes da rede de computadores. Espectadores de cinema, ouvintes de rádio, telespectadores, rádio amadores são alguns exemplos prévios. Um resultado do desenvolvimento tecnológico tem sido o incremento quantitativo e qualitativo do universo virtual.

Ideólogos da comunidade transnacional imaginada-virtual têm opiniões hiperbólicas sobre seu papel no mundo real. Filhos tanto do globalismo quanto da era dos computadores, vêm a si mesmos como criadores de uma nova situação onde acesso à rede é ao mesmo tempo uma espécie de liberação pós-moderna (no sentido de que uma vez no ciberespaço estariam livres dos constrangimentos da territorialidade, da política e da cultura) e um novo meio democrático que permite as pessoas inundarem o sistema mundial com informação, checando, assim, os abusos dos poderosos. Organizações não-governamentais em todas as partes exaltam este potencial de liberação.

Mas toda inovação tecnológica é ambígua, contendo tanto um potencial utópico quanto distópico (Feenberg 1990). A Internet não se ajusta à imagem de um mercado livre, sem controle, ou que responda apenas à manipulação individual. Cocco (1996: 23), em um artigo sobre as relações entre informação, comunicação e novas formas de acumulação capitalista, afirma que a *Information Superhighway* “pode ser interpretada como uma tentativa de transformar a vantagem parcial acumulada pelos Estados Unidos na primeira fase da emergência da economia da informação em um novo projeto hegemônico nos níveis industriais, políticos e culturais”⁷. O domínio americano da indústria de satélites e de informação tem suas raízes na pragmática da geopolítica imperial. Schiller (1996: 93) nota que o “controle da instrumentação de informação, invariavelmente, anda junto com o controle do fluxo de mensagens, do seu conteúdo, capacidade de monitoramento e de todas as formas de capacitação para a informação”. Ele conclui que “a força, flexibilidade e alcance da atividade econômica global, já notável, o será ainda mais (...) [o poder estatal] diminuirá mais. Isto pode estar parcialmente obscurecido por um tempo porque o Estado de Segurança Nacional terá à sua disposição uma capacidade aprimorada, militar e de

7. Para mais uma posição crítica veja Stallabrass (1995: 29): “é provável também que o ciberespaço seja, em flagrante contradição com os seus apologistas pós-modernos, a corporificação do sistema totalizante do Capital”.

inteligência, derivada das novas tecnologias de informação. Por essa razão, o Estado americano será o menos vulnerável, *por um período*, às forças minando os Estados em todas as partes” (Schiller 1996: 103).

Kroker e Weinstein (1994) chamam a atenção para o advento de novos fetiches e sistemas de poder, para o “corpo ligado”, para o que denominam a “classe virtual”, a versão da classe dominante na era eletrônica e dos computadores. As possibilidades democráticas da Internet são a sedução inicial para a construção da infovia digital e para a subordinação da rede aos “interesses comerciais predatórios” da classe virtual. Dada a importância da tecnologia eletro-magnética para a manutenção e reprodução do *establishment* político, econômico e militar, podemos anteciper que a luta política pelo controle do ciberespaço irá se intensificar⁸. Mais do que nunca é preciso estar alerta contra o cyberpanopticismo. O receio de controle governamental crescente levou à criação de um *Internet Government* (InterGov). “Netidãos” votam, por exemplo, para determinar que “a comunidade da Internet torne-se uma nação independente, com seu governo próprio, sem regulação externa”.

Compartilho as preocupações de Virillio (1995) sobre a ciberdemocracia. Escrevi em outro texto que “uma ampla e total democracia eletrônica direta é uma possibilidade fascinante. Mas pode também transformar o processo democrático, um processo baseado em inúmeras negociações de poder e jogos retóricos que qualificam atores políticos individuais e coletivos, em uma corrente de referendos monótonos, às vezes sem sentido, realizados não na cena pública aberta mas em lares eletrônicos individuais, protegidos e ascéticos. O frenesi da escolha, típico da cultura do consumo, migra para o ‘mercado político’. Basta apertar algum botão e você estará participando. O núcleo central da democracia, a mediação transformativa, discursiva e , espera-se, informada, dos conflitos e interesses, pode ser reduzido a um evento técnico e numérico. Se esse tipo de simulação de democracia (simdemo) for alguma vez instalada, certamente representará uma maneira altamente eficiente de reproduzir o *status quo*” (Ribeiro no prelo). Outros fatores também limitam a implementação da democracia virtual: o custo dos computadores, equipamentos e serviços correlatos; acesso e conhecimento a/dos códigos da rede; educação; conhecimento do inglês; o controle do funcionamento do sistema por muitos centros de computação⁹.

8. Um grupo de ciberativistas, o *Critical Art Ensemble* (1994), propõe uma nova interpretação da dinâmica do poder no presente, o “poder nômade”, e um modo de contrapor-se, “a perturbação eletrônica”. Dada a grande quantidade de pornografia que circula na rede, a maioria dos conflitos sobre o ciberespaço relaciona-se com questões relativas à liberdade de expressão. Contudo, David Corn (1996) comenta um trabalho escrito por um funcionário do Departamento de Defesa dos Estados Unidos que chama a atenção para “esquerdistas ciber-espertos” e para o uso potencial da Internet para contra-inteligência e desinformação. Os Zapatistas, na América Latina, usaram eficazmente a Internet para colher a simpatia política da comunidade transnacional imaginada-virtual. Na Alemanha, um “ciberpelotão” foi criado pela polícia. Surfa a rede para controlar pedofilia e terrorismo (Andrews 1997). Muitos acham tratar-se de uma iniciativa sem sentido dada a natureza incontrolável da Internet. Para assuntos correlatos veja Schwartau (1995).

9. Concordo com Barber (1996: 228) para quem a “tecnologia pode nos permitir reconstruir distritos eletrônicos e teleassembléias unindo vizinhos distantes. Mas isto acontecerá apenas se não deixarmos aos mercados a determinação de como estas tecnologias serão desenvolvidas e distribuídas, e se a comunicação global for disciplinada por deliberação e civilidade prudentes. Como construir a sociedade civil no meio internacional é um desafio extraordinário. Reconhecer que ela *necessita* ser construída é, entretanto, o primeiro passo para garantir um lugar para uma democracia forte no mundo do McWorld”.

Inoue (1995: 79) cita uma passagem de Tehranian (1990: xiv, xv) que sumariza o papel paradójico e dual que as novas tecnologias de comunicação têm, já que “podem estender e aumentar nossos poderes - para o bem ou para o mal, para melhor ou pior, para a democracia ou para a tirania. (...) Por um lado, elas provêem as ferramentas e canais indispensáveis para a centralização de autoridade, controle e comunicação, típica do Estado industrial moderno. Mas, por outro lado, têm também suprido canais alternativos de resistência cultural e mobilização ideológica de forças oposicionistas”. A discussão sobre o papel das novas tecnologias de comunicação e informação está destinada a durar e provocar muitas trocas entre “apocalípticos” e “integrados” (Eco 1976). Mas Lévy (1995: 12) está certo quando, em seu livro sobre as “tecnologias da inteligência”, afirma que “infelizmente, a imagem da técnica como potência má, inelutável e isolada revela-se não apenas falsa, mas catastrófica; ela desarma o cidadão frente ao novo príncipe, o qual sabe muito bem que as redistribuições do poder são negociadas e disputadas em *todos* os terrenos e que nada é definitivo”. Este o motivo porque elaborei as noções de “testemunho à distância” e de “ativismo político à distância” (Ribeiro 1997 e no prelo a), duas características intimamente relacionadas ao desenvolvimento das telecomunicações e ao florescente poder político da comunidade transnacional imaginada-virtual.

(5) Condições Ideológicas e Culturais

A despeito de pretensões de pureza, organicidade, coerência, estabilidade, centralidade e outras semelhantes, as culturas sempre foram híbridas, instáveis, multifacetadas, entidades fractais formadas pelas contribuições desiguais de indivíduos e povos existentes no presente, no passado, e em diferentes locais. A globalização, certamente pelo aumento em complexidade cultural que gera, transformou em cânone a crítica a noções “essencialistas” de cultura. Debates sobre pós-modernidade e globalização, sempre ressaltaram a natureza mesclada, entrelaçada dos fenômenos culturais. Fluxos, fragmentos, malhas, hibridização, desterritorialização, glocalização, metáforas de disseminação, dispersão, informam o que no presente é uma abordagem padrão sobre a cultura em geral e a “cultura global” em particular¹⁰.

Tendo em vista o papel desempenhado por diversos segmentos industriais na mercantilização da cultura (que ocorre em uma conjuntura dominada pela propensão à fusão dos conglomerados da mídia) e da existência da cultura de consumo global, o “maior locus de práticas ideológicas-culturais transnacionais” Sklair (1991: 6), creio ser importante considerar não apenas as relações entre processos de homogeneização e de heterogeneização mas também o que Sassen (1991) chamou de descentralização com centralização, um paradoxo que introduz, neste cenário, a questão do poder. Além disto, é

10. A literatura sobre essas questões cresceu rapidamente nos anos 90. Veja, por exemplo, Featherstone (1990, 1995); Featherstone, Lash e Robertson (1995); King (1991); Robertson (1992); Wilson e Dissanayake (1996). Na América Latina estão os trabalhos de García Canclini (1990, 1995), Ianni (1995), Ortiz (1994) e antologias como as organizadas por Monetta (1994), Rapoport (1994) e Santos et al (1994). Os antropólogos estão claramente engajados nesta discussão (Appadurai 1990, 1991; García Canclini 1990, 1995; Foster 1991; Gupta 1992; Hannerz 1992, 1996; Kearney 1995; Ong 1983; Rothstein e Blim 1992; Ruben 1995, por exemplo). Os trabalhos de autores como Wolf (1982) e Nash (1981, 1983) foram pioneiros neste campo de investigação dentro da antropologia.

necessário justapor noções pós-modernas de cultura às informadas por um sentido mais forte de delimitações e pertencimento, já que os atores sociais experimentam suas vidas culturais imersos em universos que se parecem a compostos contraditórios de elementos simbólicos e categorias classificatórias híbridos e essencialistas. De fato, os processos de auto-identificação são atravessados por diferentes lealdades a diferentes níveis de integração.

A crítica ao essencialismo entra em um beco sem saída se parar na demonstração de como categorias homogêneas são construídas/inventadas. Precisamos interpretar os processos contraditórios, muitas vezes paradoxais, de formação identitária no seu dinamismo e não transformá-los em construtos ideológicos que são, em última instância, frágeis e circunscritos. Diferença não é um fim em si mesmo, é um objetivo apenas quando igualdade e fortalecimento democrático são propósitos finais. Uma implicação da crítica reificada do essencialismo é, sob uma retórica aparentemente progressista, a transformação de atores reais em fantoches de ideologias nacionais/étnicas alienadas ou em profetas de fundamentalismos. O analista qualifica textualmente sua autoridade ao mesmo tempo em que rouba o poder de ser sujeito da maioria dos agentes sociais. Falsas expectativas e problemas só podem derivar destes *tours de force* literários. Subestimar o hibridismo leva a um acordo cego com formulações ideológicas que intencionam obliterar a coexistência democrática das diferenças. Mas, subestimar organicidade e limites, algo que muitos antropólogos pré-pósmodernos superestimaram, é também problemático porque pode criar a impressão que identidades culturais, sociais e políticas são entidades soltas no ar, uma impressão que satisfaz e coincide amplamente com as necessidades do capital/ista transnacional por cinismo e apatia.

Após o impacto do “pós-”, é hora de explorar a crítica a perspectivas baseadas em hibridismo, “criolização” e disjunção, ao menos no que se refere aos seus aspectos mais puramente “culturalistas”¹¹. Friedman, por exemplo, afirma que “se o mundo é entendido como amplamente criolizado no presente, isto expressa a identidade do classificador que experimenta a transgressão de fronteiras culturais, isto é, étnicas, como um fenômeno global (...) O problema é que mudaram as condições de identificação do *self* e do Outro. As culturas não fluem juntas e se misturam umas com as outras. Ao contrário, certos atores, no mais das vezes atores estrategicamente posicionados, identificam o mundo nestes termos como parte da identificação do seu próprio *self*” (1995: 83-84). Friedman continua e diz que o “conceito de disjunção parece sugerir uma certa desestabilização de um mundo anteriormente sistemático. Mas o que parece desorganização e frequentemente verdadeira desordem não é, por isso, menos sistêmico e sistemático. Eu poderia aventurar-me e sugerir que a desordem não tem a ver com a introdução de aleatoriedade ou caos na arena global, mas com a combinação de dois processos: primeiro, a fragmentação do sistema global e a consequente multiplicação de projetos locais e de estratégias de localização; segundo, uma globalização simultânea das instituições políticas, associações de classe e de representações midiáticas comuns” (1995: 84-85). Teóricos do hibridismo, como García Canclini (1996), estão avançando estes diálogos críticos visando alcançar formulações políticas mais aperfeiçoadas.

11. O livro editado por Wilson e Dissanayake (1996) traz críticas sobre o pós-colonialismo. Veja também Werbner e Modood (1997).

A “política ciborg” (um termo associado com o trabalho de Donna Haraway), ou a “política transversal” parecem formular as relações entre diferença e democracia em um mundo globalizado de uma forma também adequada para começar a pensar a democracia transnacional. Reproduzirei o que Werbner (1997: 8) escreveu sobre isto: “A política ciborg - ou política ‘transversal’ como Nira Yuval-Davis a denomina - trata de abrir e manter diálogos através de diferenças de ideologia, cultura, identidade e posição social. O reconhecimento do direito a ser diferente anima e sustenta estes intercâmbios, apesar de percepções conflitivas e acordos parciais. O que *é* aceito, em outras palavras, é a enorme potencialidade da comunicação *imperfeita*. A política transversal, assim, organiza e dá forma à heteroglossia sem negá-la ou eliminá-la”.

Mas as dinâmicas culturais/ideológicas globais são também fortemente baseadas na difusão de discursos universais homogeneizantes que estão construindo diversos sentidos de transnacionalismo, isto é, formas de identificação que atravessam todos os outros diferentes níveis de integração. Este processo está certamente afetando a geração e distribuição de “ressonância cultural” no mundo (Hannerz 1996a: 83, 88)¹². Wilson e Dissanayake (1996: 6) consideram a existência de um imaginário transnacional “o ainda não totalmente incorporado horizonte de produção cultural contemporânea através do qual identidades/espacos nacionais de lealdade e regulação econômica estão sendo desfeitos e comunidades imaginadas da modernidade estão sendo reformatadas nos níveis macropolítico (global) e micropolítico (cultural) da existência cotidiana”.

Muitas ideologias transnacionais coincidem com o que Appadurai chama de ideopanoramas “elementos da visão do mundo do Iluminismo que consistem da concatenação de idéias, termos e imagens, incluindo ‘liberdade’, ‘bem-estar’, ‘direitos’, ‘soberania’, ‘representação’ e o termo matriz ‘democracia’” (1990: 9-10). De fato, a difusão global do Estado-nação foi amplamente acompanhada pela disseminação de formas republicanas de governo com concepções similares de organização do poder e da administração pública. Se por um lado as leis são quase sempre criadas internamente aos Estados nacionais, por outro, existem muitas noções jurídicas que são de apelo universal (as relacionadas com direitos humanos, por exemplo) ou têm sido historicamente influenciadas por discursos supranacionais como o direito romano. Hoje a globalização das atividades criminosas, comerciais e políticas traz novas discussões sobre “extraterritorialidade” e jurisdição, por exemplo. A necessidade de novas concepções legais, aparatos e leis, implica em difíceis desafios para as ideologias jurídicas e políticas que herdamos.

Surgem questões concernentes ao tráfico internacional de drogas, corrupção, grandes negócios entre corporações oligopólicas, problemas ambientais e a Internet. O Ministro para a Competição da Comissão Européia, a mais alta autoridade européia *antitrust*, causou ansiedade política e econômica nos Estados Unidos quando levantou

12. Nunca é demais reiterar que estas tendências acontecem dentro de contextos contraditórios onde formulações e interesses hegemônicos podem encontrar forças complexas de resistência. Na Índia, partidos políticos variando do Marxista ao nacionalista Hindú, em conjunto com feministas, organizaram manifestações de rua contra o concurso de Miss Mundo. Este foi tido por muitos como “uma degradação das mulheres e contrário à cultura e valores indianos”. Um homem suicidou-se em chamas para protestar contra o concurso de beleza cujo objetivo era chamar a atenção mundial para a Índia e promover o turismo (*The New York Times*, 15 de novembro de 1996, A12; *The Washington Post*, 22 de novembro de 1996, D1/ D4).

objeções contra a fusão Boeing/Mc Donnell Douglas porque impactaria as operações da Airbus Industrie, o consórcio de fabricação de aviões localizado em Paris. De acordo com o seu porta-voz: “se um negócio tiver efeito sobre o mercado europeu, então a jurisdição é no nosso território (...) Extraterritorialidade não nos importa nem um pouco” (Andrews 1997a: D1)¹³. Por outro lado, os esforços de autoridades alemãs de bloquear o acesso a um *website* holandês em cuja *home page* estão dicas sobre bombas e descarrilhamento de trens, defrontaram-se com uma reação de ciberativistas que “rapidamente estabeleceram muitas novas formas de acesso. Copiaram o acesso em pelo menos 58 outros *websites*” (Andrews 1997: C2). Uma “lei da multimídia”, proposta pelo governo alemão para regular o ciberespaço, é negativamente avaliada por empresários: “advogados dizem que a situação aqui [na Alemanha, GLR] foi apenas o começo de uma briga maior entre governos nacionais e a Internet sem-nação. ‘A Internet criou uma jurisdição universal, de forma que uma vez que você entra na Internet está sujeito às leis de todos os países do mundo’, diz Chris Kuner, um advogado americano em Frankfurt que segue de perto questões do ciberespaço alemão. ‘A Internet fez surgir problemas de jurisdição que nunca aconteceram antes’” (idem).

Uma discussão completa sobre os panoramas culturais e ideológicos transnacionais teria que incluir a elaboração da idéia de humanidade (Robertson 1992); o papel utópico quase intocado da matriz discursiva tecno-científica com o consequente avanço da razão instrumental; a prevalência do inglês como *créole* do sistema mundial; a cultura do consumo (Sklair 1991); a cultura pop internacional (Ortiz 1994); e diferentes discursos políticos e religiosos que dão forma a comunidades transnacionais sagradas e leigas. Porém, no restante desta seção, das muitas ideologias centrais para encarar ao mundo como uma única entidade, mencionarei brevemente apenas duas, desenvolvimento e ambientalismo. São forças poderosas na criação da modernidade e do mundo contemporâneo tanto quanto na estruturação de discursos utópicos sobre o destino da humanidade.

Desenvolvimento como ideologia e utopia opera como uma verdadeira matriz cimentando sociedades e culturas não-ocidentais ao redor de racionalidades e objetivos políticos e econômicos do Ocidente (Dahl e Hjort 1984). Provê terreno aparentemente neutro para as pessoas trabalharem juntas por um futuro melhor, ao mesmo tempo em que explica as diferenças entre países e oferece receitas de como atingir poder material e felicidade. Para Escobar (1995: 5), após a Segunda Guerra Mundial “desenvolvimento adquiriu o status de certeza no imaginário social. (...) A realidade ... tinha sido colonizada pelo discurso do desenvolvimento, e aqueles que não estivessem satisfeitos com este estado de coisas tinham que lutar por pequenos pedaços de liberdade dentro dele, na esperança que neste processo uma diferente realidade pudesse ser construída”.

A eficácia discursiva do desenvolvimento é uma das razões porque tem sobrevivido muitas conjunturas através da adição estratégica de adjetivos que

13. “*Experts* dizem ..[isto] é um resultado dos choques inevitáveis que ocorrem com o aumento do comércio internacional. Seja os EUA tentando impedir companhias européias de fazerem negócios com Cuba ou Irã, seja a Europa tentando banir internamente carne de vaca americana tratada com hormônio, as disputas internacionais sobre políticas nacionais conflituosas estão se acumulando. E existem poucos precedentes que sirvam de exemplo, ‘Toda esta questão da extraterritorialidade é uma área de fricção, e só vai ficar pior’, disse Michael Hodges, professor titular de relações internacionais na *London School of Economics*” (Andrews 1997: D4).

qualificariam diferentes tendências. O último adjetivo é “sustentável”. Argumentei em outro artigo (Ribeiro 1992), que o desenvolvimento sustentável representa um acordo, sintomático da transição histórica atual, entre agentes interessados puramente em crescimento econômico e ambientalistas, um acordo que permite, numa era de crise política e ideológica, a criação de novos discursos utópicos tanto quanto de novas alianças políticas (veja também Escobar, 1995: 192 e ss). Muitas das compatibilidades que estas novas ou reformadas elites possuem são construídas ao redor de noções como integração global, humanidade e biosfera. É clara, entre ambientalistas, a concepção do planeta enquanto uma entidade única que pode sofrer impactos transnacionais. Ross (1991) mostrou como a climatologia e discussões sobre o aquecimento global têm papéis importantes na construção de um sentido de globalização. Wapner (1995) cunhou o termo “grupos transnacionais de ativistas ambientais” para designar a ação de grandes organizações não-governamentais. O relacionamento entre agências multilaterais - como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial - e ambientalistas é altamente visível. Milton (1996: 142) conclui que se “um fenômeno cultural pode ser apropriadamente chamado de ‘global’, este fenômeno certamente é o ambientalismo”¹⁴.

Neste sentido, não é uma coincidência o fato do ambientalismo ter se tornado um discurso político altamente eficaz na contemporaneidade. Não é, tampouco, uma coincidência que os ambientalistas sejam altamente interessados em transnacionalismo, no uso de meios simbólicos transnacionais (como redes eletrônicas), e no incremento dos mega rituais globais que reforçam a emergência da cidadania transnacional. Os elos entre ambientalismo e o empresariado do capitalismo eletrônico-informático estão cada vez mais claros. Os novos milionários da informática têm demonstrado concretamente seu interesse e simpatia política, ao transformarem meio-ambiente na segunda prioridade (a primeira é educação) dos seus investimentos filantrópicos (Goldberg 1997).

(6) Condições Sociais

Nenhuma forma de representação social e de organização política pode desenvolver-se totalmente sem agentes sociais que encarnem seus objetivo. De fato, a emergência de um novo nível de integração supõe a existência de uma elite que impulsiona a consolidação de condições institucionais e ideológicas apropriadas. O transnacionalismo não é uma exceção. Agentes sociais interessados na transnacionalização do planeta são portadores e promotores deste tipo de visão do mundo. São, em geral, representantes de setores de ponta da economia-política contemporânea e constituem uma elite mundial. Membros típicos desta alta classe são os capitalistas financeiros globais, seguidos por aqueles nas elites “nacionais” guiados pelo capitalismo flexível pós-fordista e propagadores de ideologias neo-liberais de globalização. Executivos de poderosas corporações trans, multi ou inter-nacionais; corretores e operadores de bolsas de valores;

14. A plasticidade do ambientalismo enquanto ideologia lhe dá uma grande diversidade interna. Muitas forças opostas podem ser encontradas sob este rótulo, de socialistas a fascistas, de forças que impulsionam a administração global de problemas àquelas favoráveis ao saber local e ao fortalecimento do poder local (veja Barros 1996, Bramwell 1989, Milton 1996, Viola 1995).

funcionários de agências multilaterais; diplomatas; jornalistas; acadêmicos e ativistas globais também formam uma parte importante deste grupo. O cosmopolitanismo galvaniza estes segmentos em diferentes formas e graus¹⁵. Acredito, com outros autores, que já podemos falar da existência de uma classe transnacional ancorada no capitalismo transnacional (Sklair 1991, Miyoshi 1996).

Internamente às corporações transnacionais, e em outros “centros físicos” da cultura transnacional (Hannerz 1996b) etnicamente segmentados como as Nações Unidas e o Banco Mundial, identidades, solidariedades e redes transnacionais são comumente forjadas de forma a fazer prevalecer lealdades desterritorializadas e supranacionais. Contudo, interesses pragmáticos, econômicos e políticos, rapidamente se impõem nestes meios transnacionais onde as únicas estruturas compartilhadas por todos os segmentos étnicos são hierarquias, regras e objetivos planejados, típicos do modo burocrático de dominação com os seus jogos de poder e alianças. Isto não significa que nestas arenas não se desenvolvam dramas de identidades e lealdades híbridas. Estes cenários, contudo, transforma-se-ão, mais provavelmente, em trans-estados do que em trans-nações. Mas, frente a suas diversidades linguísticas e culturais e de suas necessidades de administrar a sinergia entre heterogeneidade e homogeneidade, estes “centros físicos” são altamente ilustrativos da presença e operação das “unidades sociais” das formas transnacionais de sociabilidade: redes extensas e multisituadas de agentes individuais e coletivos desterritorializados que perpassam diferentes níveis de integração. A sua dinâmica interna pode ser chamada de *networking*¹⁶.

As organizações não-governamentais são agentes coletivos que ilustram perfeitamente este raciocínio. De fato, em meio a uma crise do poder relativo de atores tradicionais, as ONGs parecem ser representativas de uma nova sociedade civil ou de um tipo diferente de sujeito político. Concordo com Barber (1996: 285) que o grande problema no debate contemporâneo sobre a globalização é a criação de uma cidadania global (veja também Fernandes 1995, Leis 1995). É, assim, importante enfatizar o papel das organizações não-governamentais. Elas são os *loci* onde se encontram muitos atores políticos interessados em proposições universais e em transnacionalismo (tais quais grupos ambientalistas e de direitos humanos). São também os meios através dos quais redes sócio-políticas reais vêm à luz¹⁷. Apesar de que o que segue estar baseado na minha

15. Hannerz (1996b: 103) provê uma útil definição de trabalho do cosmopolitanismo. É uma “orientação, uma vontade de engajar-se com o Outro. Implica uma abertura intelectual e estética com relação a experiências culturais divergentes, uma busca por contrastes mais do que por uniformidade. (...) Cosmopolitas podem ser diletantes tanto quanto *connaisseurs*, e comumente são ambas as coisas, em momentos diferentes. (...) Cosmopolitanismo tem, frequentemente, um lado narcisista; o *self* se constrói no espaço onde as culturas se espelham”. Para Hannerz (idem: 104), a proliferação e crescimento de redes e culturas transnacionais são as causas principais da geração “de mais cosmopolitas no presente do que em qualquer outro momento”.

16. Para Manuel Castells (1996: 469) “As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica do *networking* modifica substancialmente a operação e os resultados em processos de produção, experiência, poder e cultura. É certo que a forma *networking* de organização social existiu em outros tempos e espaços. Mas o novo paradigma da tecnologia da informação provê a base material para a sua expansão capilar através de toda a estrutura social”.

17. “Grupos ambientalistas, de justiça social e direitos humanos estão formando entre si e ao redor do globo, redes densas, flexíveis, ricas em informação, sistemas auto-organizativos que possuem suas próprias dinâmicas evolutivas. Estes movimentos de base, com todas suas limitações, surgiram como antídotos culturais e políticos

interpretação das atividades políticas de ONGs ambientalistas, uma escolha coerente com o papel proeminente que têm na difusão do transnacionalismo, certamente se aplica a ONGs em geral.

As ONGs ambientalistas atuam comumente como intermediárias entre diferentes atores envolvidos no drama desenvolvimentista. Populações locais; movimentos sociais; órgãos municipais, estaduais e federais; partidos políticos; sindicatos; igrejas e agências multilaterais são parte do campo político onde as ONGs operam. Estas organizações são conhecidas por suas capacidades de estabelecer diferentes coalisões (frequentemente ad hoc), costurando vários atores do campo sócio-político onde intervêm. O pragmatismo da formação de redes, do *networking*, é um instrumento eficaz que redundna na forte habilidade que as ONGs têm de moverem-se de cenários locais, a nacionais, internacionais e transnacionais, mas, engendra, igualmente, uma perda relativa de homogeneidade dos sujeitos políticos resultantes, os quais frequentemente existem como coalisões orientadas para certas tarefas, coalisões que se desfazem uma vez que os objetivos são alcançados. Assim, as ONGs e suas redes podem ser caracterizadas como atores políticos pragmáticos, fragmentados, disseminados, circunstanciais e até mesmo voláteis. Sua força vem destas características que as capacitam a fazer frente ao campo político cambiante de forma mais eficiente do que atores políticos tradicionais que, em geral, se encontram limitados pela necessidade de coerência e coesão ideológica, organizativa e política (com os consequentes pesos e investimentos de energia institucional) que atuam como uma identidade externa e qualifica-os enquanto representantes de um segmento, corporação ou de interesses delimitados. Com efeito, as ONGs e suas redes criam novas formas de ação e impasses para mecanismos mais antigos de representação e ação política. Podem ser um eficaz sujeito político fragmentado, descentrado, em um mundo transnacional, mas o preço da flexibilidade, do pragmatismo e da fragmentação pode ser uma baixa capacidade de promover mudanças radicais.

A formação de redes no mundo real parece encontrar um espelho ideal nas muitas possibilidades de *networking* no ciberespaço onde coalisões podem ser feitas com vários atores operando em diferentes níveis de agência e comunicações e alianças transnacionais tornam-se efetivas com pouco ou nenhum controle dos Estados nacionais. De fato, visto que o nível transnacional de integração atravessa todos os outros, coalisões e redes da sociedade civil global necessitam realizar este mesmo movimento para efetivamente contraporem-se a poderosas forças transnacionais (Ribeiro e Little 1997). Em síntese, redes reais ou virtuais são a matéria prima da qual a política transnacional é feita.

Mas a aceleração e intensificação do fluxo de pessoas em escala global não envolvem apenas atores grandiosos e com uma inclinação consciente para o transnacionalismo. Elas também criam um mundo onde uma quantidade maior de alteridades pode ser experimentada por atores sociais que não são necessariamente membros de elites econômicas e políticas. Entre estes destacam-se os turistas internacionais, os migrantes internacionais e os transmigrantes.

Turismo é uma “indústria” de crescimento rápido, uma das maiores no mundo

para os perigos do nihilismo tecnológico e da burocracia sem responsabilidade política. Personificam um poder salvador em um momento de grande perigo - um sentido de responsabilidade planetária enraizado e crescendo a partir de preocupações locais específicas. Esta capacidade política concreta de ligar o local ao global é a pedra fundamental da emergente sociedade civil global” (Rich 1994 : 285). Veja também Wapner (1995).

atual. À medida que os sistemas de comunicação e transportes se desenvolvem e seus custos relativos diminuem, o turismo se espalha e prospera. Com novas denominações, como turismo de aventura e eco-turismo, existem poucos lugares fora do alcance de *outsiders* que mantêm contatos temporários com populações nativas. São encontros desiguais onde habitantes locais tornam-se objeto de um impulso consumista guiado, no mais das vezes, pelo exotismo e por uma busca por autenticidade (veja Rossel 1988, Crick 1989, Ribeiro e Barros 1995). O turismo tem um papel ambíguo; reafirma a certeza que se tem sobre o próprio lugar (turistas sempre voltam para casa), ao mesmo tempo que cria um sentido de relatividade sobre os lugares. Esta ambiguidade facilita o contato no futuro com outras identidades étnicas e sociais, seja no próprio lugar onde se vive ou no exterior, promovendo mais intercâmbios internacionais.

Já a migração internacional expõe claramente a lógica prevalescente da globalização. Enquanto os fluxos de capitais experimentam maior liberdade, os fluxos de trabalho continuam encontrando muitas restrições. Não obstante esta situação, a intensificação da migração global tem consistentemente engajado novas populações. Pela primeira vez na história, a Irlanda, por exemplo, está “sofrendo um problema de imigração”, imigrantes vêm de países como Romênia, Congo e Somália (Clarity 1997). Os brasileiros são outros recém-chegados a este cenário. A primeira avaliação feita pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil aponta para uma cifra de 1.5 milhão de brasileiros vivendo em mais de 33 países (Klintowitz 1996). As maiores concentrações se encontram nos Estados Unidos (610.130), Paraguai (325.000), Japão (170.000) e Europa (126.828). Um dos motivos do interesse crescente do governo brasileiro nos emigrantes relaciona-se diretamente (como em outros casos) com as grandes quantidades de fundos que remetem para casa. Em 1995, o Ministério da Fazenda brasileiro estimou em US\$ 4 bilhões as remessas dos emigrantes para o Brasil (*Brazil Watch* 1996).

Os Estados Unidos provêem o melhor exemplo de um Estado-nação moderno com uma segmentação étnica altamente complexa criada pela migração internacional (veja, por exemplo, Portes e Rumbaut 1990). De acordo com o Departamento do Censo do governo americano, em 1994, os dez maiores segmentos de residentes estrangeiros legais eram os seguintes: 6.264.000 mexicanos; 1.033.000 filipinos; 805.000 cubanos; 718.000 salvadorenos; 679.000 canadenses; 625.000 alemães; 565.000 chineses; 556.000 dominicanos; 553.000 coreanos e 496.000 vietnamitas (*US News & World Report*, 1995: 8). Mas pequenos segmentos também criam situações transculturais. O número de brasileiros vivendo legalmente nos EUA não impressiona quando comparado àqueles de outras nacionalidades. Margolis (1994: 13), baseada em dados do *Immigration and Naturalization Service*, menciona, para 1991, a existência de 8.133 imigrantes brasileiros legais nos EUA. Contudo, no momento, se encontram várias Escolas de Samba nos Estados Unidos e em países tão diferentes quanto Alemanha, Áustria, Finlândia, Inglaterra, Japão, México e Suécia.

Apesar do fato dos migrantes transnacionais serem ainda um segmento novo e pequeno, representam um movimento migratório importante. *Transmigrantes* são “imigrantes que desenvolvem e mantêm relações múltiplas - familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas - que cruzam fronteiras” (Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc 1994: 7). Neste contexto o transnacionalismo é definido como “processos pelos quais os imigrantes forjam e sustentam relações sociais multi-entrelaçadas que unem suas sociedades de origem com a de residência” (idem).

Interessados ao menos em dois países, esses transmigrantes podem usar suas identidades ambíguas para provocar mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas tanto no país onde nasceram quanto naquele para onde migraram. Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc (1994) citam como típicas as situações dos haitianos, granadinos e filipinos.

Descrevi, em outros textos, as características de um migrante verdadeiramente transnacional: o “bicho-de-obra” (Ribeiro 1991, 1992a). Trata-se de profissionais ou trabalhadores especializados de grandes projetos que migram em escala mundial, de projeto a projeto, seguindo os investimentos e empregos de corporações transnacionais. Uma elite técnica que vive em acampamentos de grandes projetos, as pequenas aldeias dos sistema mundial, seus membros identificam-se como expatriados desenraizados, ciganos e cidadãos do mundo. Sua identidade é fragmentada e permanentemente ambígua. Já existem gerações de bichos-de-obra, outro segmento que desenvolve uma visão desterritorializada do mundo.

(7) Condições Rituais

O papel de intermediário de há muito é fonte de prestígio e poder. Elites nacionais frequentemente atuam desta forma. De fato, em geral, as elites nacionais são também inter-nacionais. Não são novos os rituais de integração de cosmopolitas ricos e poderosos. Festas privadas, eventos de esportes e de “alta cultura”, ou acontecimentos maiores como feiras mundiais, provêem ocasiões para membros destas elites encontrarem-se com seus pares de outras nacionalidades, criarem redes e difundirem suas realizações. Alguns destes encontros são organizados periodicamente de forma a criar tanto o ambiente apropriado para que indivíduos-chave conheçam uns aos outros, quanto exibições exemplares de enorme concentração de riqueza e poder.

Exemplos contemporâneos destes rituais incluem as reuniões da “Cúpula dos Oito” (ex-G-7) e do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça. Se a Cúpula dos Oito representa uma ocasião para líderes de Estados nacionais equalizarem suas visões sobre a política-econômica global, Davos foi desenhado para colocar juntos a elite política e econômica global. Este evento é descrito como “uma reunião de quem faz as coisas acontecerem no mundo de negócios e da política de todo o planeta. Os encontros e foruns menores na África, Ásia, América do Sul e em outros lugares, tornaram-se, durante o ano, poderosas atrações para centenas de líderes de firmas que pagam US\$ 20.000,00 por companhia para ir a Davos para confraternizar. Para muitos críticos, Davos, com suas reuniões de executivos a portas-fechadas à procura de contratos e contatos com políticos de alto escalão e estrelas acadêmicas, simboliza a nova ortodoxia econômica do fim do século XX” (Whitney 1997). As companhias presentes na conferência de 1997 representavam um total estimado de US\$ 4.5 trilhões de negócios por ano, uma quantia suficientemente poderosa para atrair um espectro diverso de celebridades, variando de Bill Gates, o presidente da Microsoft, até Yasir Arafat, o líder palestino (idem).

Porém, existem mega rituais globais que são mais representativos da necessidade que a comunidade transnacional virtual-imaginada tem de transformar sua virtualidade em realidade. Baseados em co-presença real, são terreno fértil para o desenvolvimento de sentimentos e companheirismo transnacionais. Existem ao menos três tipos de mega

rituais globais orgânicos ao crescimento da globalização e do transnacionalismo. Considerarei brevemente os dois primeiros, para explorar o terceiro com mais detalhes.

Em primeiro lugar estão os mega shows de rock, rituais onde os fãs se encontram em espaços públicos e mostram sua adesão a um estilo de música pop internacional, à cultura pop global. As *tournées* mundiais de *superstars* são comuns. Aqui Michael Jackson, Rolling Stones e Madonna são tão importantes quanto Coca-Cola e Kodak para a estandardização da cultura global. Estes mega shows são, em geral, eventos da mídia global que pretendem passar um sentido de unidade planetária, um sentido de “*we are the world*”. O poder ritual da música na unificação de diferentes segmentos sócio-políticos, na criação de *communitas*, opera claramente nestas circunstâncias¹⁸. Dos três tipos de mega rituais globais, os shows de rock são os menos direcionados à celebração de uma identidade global. É a eficácia da cultura pop internacional e a demonstração da força homogeneizadora da língua inglesa que estão mais evidentemente em jogo.

Em segundo lugar, estão as competições mundiais, dentre as quais duas se destacam, pelo peso e alcance: os Jogos Olímpicos e o Campeonato Mundial de Futebol. Os Jogos Olímpicos são de interesse especial pois mostram, em diferentes formas, as tensões entre um discurso que se pretende universal, “os esportes são o instrumento para a integração pacífica da humanidade”, e as diferentes apropriações nacionais desta pretensão. Atletas e espectadores, incluindo aqueles que seguem os eventos pela mídia, participam de uma celebração da performance humana que homenageia a excelência de indivíduos ao mesmo tempo que mantém um sistema estrito de contabilidade de medalhas por países. A luta por medalhas e o sistema classificatório resultante refletem, com frequência, a crua geopolítica mundial como durante os períodos Nazista e da Guerra Fria. Os países que obtêm mais medalhas são tidos como mais poderosos e “desenvolvidos”. Os campeões de países menos competitivos são imediatamente transformados em símbolos e heróis nacionais.

Além das projeções e identificações que acontecem entre espectadores e atletas, as Olimpíadas e Campeonatos Mundiais de Futebol possuem outras características importantes dos rituais. Seus ciclos criam um calendário, marcadores temporais para a definição de quem são os melhores indivíduos e grupos no mundo. Estas competições são, igualmente, enormes eventos da mídia global, ajudando a criar não apenas um sentido de sincronicidade mundial mas também uma sequência compartilhada de eventos e dramas, uma cronologia, dois passos fundamentais na construção de comunidades imaginadas. Além disto, estes eventos são iniciados e finalizados através de ritos de abertura e encerramento que definem o caráter único do período. É interessante notar que tanto os ritos de abertura quanto os de encerramento conformam períodos liminares que dramatizam as tensões irreconciliáveis entre cooperação humana-global e competição inter-nacional. Estas cerimônias consistem normalmente de exercícios ao redor do tema da criação de uma comunidade de iguais, de uma *communitas*, através da destruição da estrutura, hierarquia e diferença.

Porém, nenhum outro cenário representa melhor os mega rituais de

18. Meu entendimento de rituais é fortemente inspirado em Turner; a noção de *communitas*, enquanto uma instância igualitária, em oposição à estrutura, como ordem e hierarquia, é especialmente útil (veja Turner 1969, 1974).

transnacionalidade do que as conferências da ONU, uma agência imediatamente vinculada à promoção do inter- e do trans-nacionalismo. Entre conferências como as sobre direitos humanos (1993), população (1994), e mulheres (1995), em Viena, Cairo e Pequim, respectivamente, destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, a Cúpula da Terra, Eco-92, ou Rio-92). Foi a primeira oportunidade de enaltecer a nova ordem mundial, após a queda do muro de Berlim, sob a égide de novos pactos e alianças emergentes do capitalismo pós-fordista transnacional tanto quanto de uma ideologia transnacional ascendente, o ambientalismo. A maior exibição de poder global até hoje, a Rio-92 reuniu os mais poderosos atores da economia política transnacional. Representantes de Estados nacionais, de agências multilaterais e de corporações transnacionais reuniram-se com empresários e administradores, a comunidade científica e a sociedade civil global¹⁹. A Agenda 21, um documento de 800 páginas, teve sua versão final aprovada no Rio. Estabeleceu um conjunto de objetivos comuns para a humanidade no próximo século. A Rio-92 foi um mega rito de passagem do sistema mundial, onde instituições e indivíduos, em um momento de transição política, econômica e ideológica, comemoraram antecipadamente o que esperavam ser o futuro do mundo.

Um mundo sem fronteiras significa o fechamento do sistema mundial, a capilaridade da modernidade transformada em realidade. Esta capilaridade e este fechamento não seriam possíveis sem a existência dos atuais aparatos de compressão do espaço-tempo. Controlar e usufruir da compressão do espaço-tempo é um privilégio e uma fonte de poder. Esta uma das razões porque no Rio havia uma impressionante concentração daqueles aparatos. Do aeroporto internacional do Rio de Janeiro, um importante nó do sistema mundial que recebeu o maior número de aeronaves da sua história, até o centro de convenções onde acontecia a conferência, um corredor de compressão do espaço-tempo foi aberto, um verdadeiro tubo de velocidade que separava os participantes oficiais dos nativos e onde caravanas de carros, com motocicletas e helicópteros, podiam desenvolver altas velocidades para transportar a poderosa elite mundial em segurança. Numa época onde ainda eram incomuns, a ubiquidade e exibição arrogante dos telefones celulares mostraram a conexão entre a compressão do espaço-tempo, alta tecnologia e poder. A mídia global foi um show à parte. Microfones, câmeras, cabos e *spots* entraram em muitas escaramuças com a segurança da ONU visando comunicar ao mundo cada aspecto da conferência. De Jane Fonda a Jacques Cousteau, do Dalai Lama a Fidel Castro, todos queriam ser vistos naquele redemoinho midiático. A necessidade ritual de co-presença impediu que o primeiro-ministro japonês participasse eletronicamente na Assembléia, uma clara demonstração de que o que estava em jogo era uma passagem da virtualidade para o real. Redes de computadores também mantiveram informados aos membros da comunidade imaginada transnacional que não puderam estar no Rio. Até agora, a CNUMAD foi o principal cenário para a demonstração da relevância das ONGs e redes eletrônicas na cultura política contemporânea²⁰.

19. Bruce Rich (1994: 242) descreve a “Cúpula da Terra” como “a maior reunião diplomática da história. Trinta mil pessoas compareceram à cúpula...; 9.000 jornalistas e 118 chefes de estado voaram para o Rio para o evento global. (...) nenhum gasto foi poupado”. Veja também Little (1995).

20. “Na preparação da CNUMAD, durante e após, as redes eletrônicas contribuíram para a formação de redes de ONGs. As organizações não-governamentais tiveram acesso e intercambiaram informação e documentos, discutiram posições, articularam ações dentro e através de redes durante todo o processo da Rio-92” (Inoue 1995: 93). A CNUMAD também revelou um importante ator, a *Association for Progressive Communications* (APC),

A projeção do futuro implícita em rituais também implica na produção de utopias e distopias que são disputadas em terrenos ritualizados. Neste sentido, a Rio-92 só pode ser adequadamente entendida se interpretada como um acontecimento composto por dois eventos contrapostos e representativos de forças políticas complementares que se regulavam: a conferência oficial da ONU e o Fórum Global. A conferência oficial foi o cenário onde o *establishment* transnacional negociou suas visões do futuro do mundo. O Fórum Global foi a primeira assembléia mundial de cidadãos transnacionais. Localizados muitos quilômetros um do outro, mantiveram relações análogas às de estrutura/*communitas*.

Na CNUMAD o poder institucional era o foco de um encontro dominado por estruturas formais, hierarquia e status. Apenas pessoas qualificadas podiam ter acesso a espaços qualificados. Acesso a certas áreas, especialmente aos centros rituais mais poderosos (neste caso, aqueles com maior exposição à mídia global) foi restringido a uma minoria de pessoas identificadas através de diferentes crachás. Contrastivamente, o Fórum Global foi marcado por uma atmosfera festiva, onde altos funcionários, diplomatas, celebridades, ativistas e pessoas comuns formaram uma comunidade que não apenas discutiu os problemas do planeta mas também comemorou o caráter único de suas visões²¹.

Infelizmente, poucos anos após a Rio-92, é cada vez mais prevaescente a interpretação de que a conferência foi uma oportunidade para poderosos atores transnacionais, como agências multilaterais e corporações transnacionais, consolidarem seu controle do poder econômico e político global. O ambientalismo empresarial e a administração ambiental global centralizada são expressões de forças de globalização autoritárias e exclusionárias vinculadas à expansão do capital transnacional. Sua existência é apenas mais uma confirmação de que a condição da transnacionalidade é um campo de poder onde outros agentes necessitam ocupar suas posições.

uma rede eletrônica que da Rio-92 à Pequim-95, por exemplo, foi responsável por vincular as Conferências da ONU com a comunidade transnacional virtual-imaginada (Ribeiro no prelo a).

21. Rich (1994: 259) chamou o Fórum Global de “eco-Woodstock”. Segundo ele “o Fórum Global podia vangloriar-se de suas próprias estatísticas impressionantes: 5.000 ONGs de todo o mundo estiveram representadas, havia mais de 600 barracas ou pavilhões na área do Fórum e , em um período de duas semanas, mais de 400 reuniões e eventos ocorreram”.

BIBLIOGRAFIA

Álvarez, Gabriel Omar

- 1995 "Los Límites de lo Transnacional: Brasil y el Mercosur. Una Aproximación antropológica a los procesos de integración". *Série Antropologia* no. 195, Universidade de Brasília.

Anderson, Benedict

- 1991 *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Londres. Verso.

Andrews, Edmund L.

- 1997 "Germany's Efforts to Police Web are Upsetting Business". *The New York Times*, 6 de junho de 1997, A1/C2.
- 1997a "Minister of Objection Nettles Washington". *The New York Times*, 21 de maio de 1997, D1-D4.

Appadurai, Arjun

- 1990 "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy". *Public Culture* 2: 1-24.
- 1991 "Global Ethnoscapes: Notes and Queries for a Transnational Anthropology". In Richard Fox (org.), *Recapturing Anthropology. Working in the Present*. Santa Fe. School of American Research Press.

Balakrishnan, Gopal (org.)

- 1996 *Mapping the Nation*. Londres. Verso.

Barber, Benjamin R.

- 1996 *Jihad Vs. McWorld. How Globalism and Tribalism are Reshaping the World*. Nova Iorque. Ballantine Books.

Barros, Flávia Lessa de

- 1996 "Ambientalismo, Globalização e Novos Atores Sociais". *Sociedade e Estado* XI (1): 121-137.

Basch, Linda & Nina Glick Schiller, Cristina Szanton Blanc

- 1994 *Nations Unbound. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Langhorne, Gordon & Breach.

Benedikt, Michael (org.)

- 1994 *Cyberspace: first steps*. Cambridge. The MIT Press.

Berman, Marshall

- 1987 *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo. Companhia das Letras.

Bramwell, Anna

- 1989 *Ecology in the 20th Century. A History*. New Haven e Londres. Yale University Press.

Brazil Watch

- 1996 "Brazilians Overseas. The Rise Tiding of Brazilian Emigration is Impacting Foreign Markets and Even the Balance of Payments". *Brazil Watch* 13 (21): 7-10.

- Castells, Manuel
 1996 *The Rise of the Network Society*. Cambridge, Mass. e Oxford, GB. Blackwell Publishers.
- Clarity, James F.
 1997 "Dublin's Rare Quandary: Immigrants". *The New York Times*, 15 de junho de 1997.
- Cocco, Giuseppe
 1996 "As Dimensões Produtivas da Comunicação no Pós-Fordismo". *Comunicação & Política* 3 (1): 20-33.
- Corn, David
 1996 "Pentagon Trolls the Net". *The Nation*, 4 de março de 1996 (lido em uma reprodução eletrônica).
- Crick, Malcolm
 1989 "Representations of International Tourism in the Social Sciences: Sun, Sex, Sights, Savings, and Servility". *Annual Review of Anthropology*: 307-44.
- Critical Art Ensemble
 1994 *The Electronic Disturbance*. Brooklyn, N.Y. Autonomedia.
- Dahl, Gudrun and Anders Hjort
 1984 "Development as Message and Meaning". *Ethnos* 49: 165-185.
- Eco, Umberto
 1976 *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo. Perspectiva.
- Elias, Norbert
 1994 *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.
- Escobar, Arturo
 1994 "Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture". *Current Anthropology* 35: 211-231.
 1995 *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton. Princeton University Press.
- Evans-Pritchard, E.E.
 1940 *The Nuer: a Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. Oxford. Clarendon.
- Featherstone, Mike
 1995 *Undoing Culture. Globalization, Postmodernism and Identity*. Londres. Sage Publications.
- Featherstone, Mike (org.)
 1990 *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*. Londres. Sage.
- Featherstone, Mike e Roger Burrows (orgs.)
 1995 *Cyberspace, Cyberbodies, Cyberpunk. Cultures of Technological Embodiment*. Londres. Sage Publications.
- Featherstone, Mike, Scott Lash e Roland Robertson (orgs.)
 1995 *Global Modernities*. Londres. Sage Publications.

- Feenberg, Andrew
 1990 "Post-Industrial Discourses". *Theory and Society* 19 (6): 709-737.
- Fernandes, Rubem César
 1995 "Elos de uma Cidadania Planetária". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28: 15-34.
- Foot Hardman, Francisco
 1988 *Trem Fantasma. A Modernidade na Selva*. São Paulo. Companhia das Letras.
- Foster, Robert J.
 1991 "Making National Cultures in the Global Ecumene". *Annual Review of Anthropology* 20: 235-260.
- Friedman, Jonathan
 1995 "Global System, Globalization and the Parameters of Modernity". In Mike Featherstone, Scott Lash e Roland Robertson (orgs.), *Global Modernities*. Londres. Sage Publications.
- García Canclini, Néstor
 1990 *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México. Grijalbo.
 1995 *Consumidores y Ciudadanos. Conflictos Multiculturales de la Globalización*. México. Editorial Grijalbo.
 1996 "Anthropology and Cultural Studies: an Agenda for the End of the Century". Trabalho apresentado na 95ª Reunião Anual da Associação Americana de Antropologia, San Francisco.
- Goldberg, Carey
 1997 "Computer Age Millionaires Redefine Philanthropy". *The New York Times*, 06 de julho de 1997.
- Gupta, Akhil
 1992 "The Song of the Nonaligned World: Transnational Identities and the Reinscription of Space in Late Capitalism". *Cultural Anthropology* 7 (1): 63-79.
- Habermas, Jürgen
 1996 "The European Nation-state - Its Achievements and Its Limits. On the Past and Future of Sovereignty and Citizenship". In Gopal Balakrishnan (org.), *Mapping the Nation*. Londres. Verso.
- Hannerz, Ulf
 1992 *Cultural Complexity. Studies in the Social Organization of Meaning*. Nova Iorque. Columbia University Press.
 1996 *Transnational Connections. Culture. People, Places*. Londres/Nova Iorque. Routledge.
 1996a "The Withering Away of the Nation?" In *Transnational Connections* Londres/ Nova Iorque. Routledge.
 1996b "Cosmopolitans and Locals in World Culture". In *Transnational Connections*. Londres/Nova Iorque. Routledge.

- Harvey, David
1989 *The Condition of Post-Modernity*. Oxford. Basil Blackwell.
- Ianni, Octávio
1995 *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Inoue, Cristina Yumie Aoki
1995 *Globalização, Organizações Não-governamentais e Redes de Comunicação por Computador: um estudo exploratório*. Tese de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília.
- Jones, Steven G. (org.)
1995 *CyberSociety. Computer-mediated communication and community*. Thousand Oaks. Sage.
- Kearney, M.
1995 "The Local and The Global: the anthropology of globalization and transnationalism". *Annual Review of Anthropology* 24: 547-65.
- King, A.D. (org.)
1991 *Culture, Globalization and the World System*. Londres. Macmillan.
- Klintonowitz, Jaime
1996 "Nossa Gente Lá Fora. Primeiro censo da emigração encontra diáspora de 1,5 milhão de brasileiros e mostra que as colônias criaram raízes no exterior". *Veja* 29 (14): 26-29.
- Kroker, Arthur & Michael A. Weinstein
1994 *Data Trash. The theory of the virtual class*. Nova Iorque. St. Martin's Press.
- Leis, Héctor
1995 "Globalização e Democracia. Necessidade e Oportunidade de um espaço público transnacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28: 55-69.
- Lévy, Pierre
1995 *As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento na Era da Informática*. Rio de Janeiro. Editora 34.
- Little, Paul E.
1995 "Ritual, Power and Ethnography at the Rio Earth Summit". *Critique of Anthropology* 15(3): 265-288.
- Mann, Michael
1996 "Nation-states in Europe and Other Continents: Diversifying, Developing, Not Dying". In Gopal Balakrishnan (org.) *Mapping the Nation*. Londres. Verso.
- Margolis, Maxine
1994 *Little Brazil. An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton. Princeton University Press.
- Marx, Karl
1977 *Capital: a Critique of Political Economy*. Nova Iorque. Random Press.

- Melman, Seymour
 1991 "Military State Capitalism". *Nation*, 20 de maio de 1991.
- Milton, Kay
 1996 *Environmentalism and Cultural Theory*. Londres/Nova Iorque. Routledge.
- Miyoshi, Masao
 1996 "A Borderless World? From Colonialism to Transnationalism and the Decline of the Nation-State". In Rob Wilson e Wimal Dissanayake (orgs.), *Global/Local. Cultural Production and the Transnational Imaginary*. Durham e Londres. Duke University Press.
- Monetta, Carlos J.(org.)
 1994 *Las Reglas del Juego. América Latina, Globalización y Regionalismo*. Buenos Aires. Corregidor.
- Nairn, Tom
 1996 "Internationalism and the Second Coming". In Gopal Balakrishnan (org.), *Mapping the Nation*. Londres. Verso.
- Nash, June
 1981 "Ethnographic Aspects of the World Capitalist System". *Annual Review of Anthropology* 10: 393-423.
 1983 "The Impact of the Changing International Division of Labor on Different Sectors of the Labor Force". In June Nash e María Patricia Fernández-Kelly (orgs.), *Women, Men and the International Division of Labor*. Albany. State University of New York Press.
- Ong, Aihwa
 1983 "Global Industries and Malay Peasants in Peninsular Malaysia". In June Nash e María Patricia Fernández-Kelly (orgs.), *Women, Men and the International Division of Labor*. Albany, State University of New York Press.
- Ortiz, Renato
 1994 *Mundialização e Cultura*. São Paulo. Editora Brasiliense.
- Portes, Alejandro e Rubén G. Rumbaut
 1990 *Immigrant America. A Portrait*. Berkeley. University of California Press.
- Rapoport, Mario (org.)
 1994 *Globalización, Integración e Identidad Nacional*. Buenos Aires. Grupo Editor Latinoamericano.
- Ribeiro, Gustavo Lins
 1991 *Empresas Transnacionais. Um Grande Projeto por Dentro*. Rio de Janeiro/São Paulo. ANPOCS/Marco Zero.
 1992 "Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento". *Revista de Antropologia* 34: 59-101
 1992a "Bichos-de-Obra. Fragmentação e Reconstrução de Identidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18: 30-40.

- 1994 *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina*. Gainesville. University Press of Florida.
- 1996 "Internet e a Comunidade Transnacional Imaginada-Virtual". *Interciencia* 21 (6): 277-287.
- 1997 "In Search of the Virtual-Imagined Transnational Community". *AAA Anthropology Newsletter* 38 (5): 80, 78.
- No Prelo "Bodies and Culture in the Cyberage. A Review Essay". *Culture & Psychology*.
- No Prelo a "Cybercultural Politics: Political Activism at a Distance in a Transnational World". In Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.) *Cultures of Politics/Politics of Culture: Revisioning Latin American Social Movements*. Boulder. Westview Press.
- Ribeiro, Gustavo Lins e Flávia Lessa de Barros
- 1995 "A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Subjetividade na Contemporaneidade". *Humanidades* 38: 338-345.
- Ribeiro, Gustavo Lins e Paul E. Little
- 1997 "Neoliberal Recipes, Environmental Cooks. The Transformation of Amazonian Agency". In Lynn Philipps (org.), *The Third Wave of Modernization in Latin America: Cultural Perspectives on Neoliberalism*. Scholarly Resources.
- Rich, Bruce
- 1994 *Mortgaging the Earth. The World Bank, Environmental Impoverishment, and the Crisis of Development*. Boston. Beacon Press.
- Robertson, Roland
- 1992 *Globalization. Social Theory and Global Culture*. Londres. Sage.
- Rosenau, James N.
- 1990 *Turbulence in World Politics. A Theory of Change and Continuity*. Princeton. Princeton University Press.
- Ross, Andrew
- 1991 "Is Global Culture Warming Up?" *Social Text* 28: 3-30.
- Rossel, Pierre (org.)
- 1988 *Turismo: La Producción de lo Exótico*. Copenhague. IWGIA.
- Rothstein, Frances Abrahamer & Michael Blim
- 1992 *Anthropology and the Global Factory. Studies of the New Industrialization in the Late Twentieth Century*. Nova Iorque. Bergin & Garvey.
- Ruben, Guillermo
- 1995 "Empresários e Globalização". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28: 71-87.
- Santos, Milton; Maria A. A. De Souza, Francisco C. Scarlato, Monica Arroyo (orgs.)
- 1994 *O Novo Mapa do Mundo. Fim de Século e Globalização*. São Paulo. Hucitec. ANPUR.

- Sassen, Saskia
 1991 "The Geography and Composition of Globalization". In *The Global City. New York, London, Tokyo*. Princeton. Princeton University Press.
- Schiller, Herbert I.
 1996 *Information Inequality. The Deepening Social Crisis in America*. Nova Iorque. Routledge.
- Schwartz, Winn
 1995 *Information Warfare. Chaos on the Electronic Superhighway*. Nova Iorque. Thunder's Mouth Press.
- Sklair, Leslie
 1991 *Sociology of the Global System*. Baltimore. The Johns Hopkins University Press.
- Stallabrass, Julian
 1995 "Empowering Technology: The Exploration of Cyberspace". *New Left Review* 211: 3-32.
- Steward, Julian H.
 1972 *Theory of Culture Change. The Methodology of Multilinear Evolution*. Urbana e Chicago. University of Illinois Press.
- Stone, Allucquère Rosanne
 1992 "Virtual Systems". In Jonathan Crary e Sanford Kwinter (orgs.) *Incorporations*. Nova Iorque. Zone.
 1995 *The War of Desire and Technology at the Close of the Mechanical Age*. Cambridge. The MIT Press.
- Tehrani, M.
 1990 *Technologies of Power: Information machines and democratic prospects*. Norwood, NJ. Ablex.
- Turner, Victor
 1969 *The Ritual Process: Structure and Anti-structure*. Chicago. Aldine Publishing Co.
 1974 *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Ithaca, NY. Cornell University Press.
- U.S. News & World Report
 1995 "Stirring the Melting Pot". *U.S. News & World Report* 119 (10): 8. 11 de setembro de 1995.
- Verdery, Katherine
 1996 "Wither 'Nation' and 'Nationalism'?" In Gopal Balakrishnan (org.), *Mapping the Nation*. Londres. Verso.
- Viola, Eduardo
 1995 "As Dimensões do Processo de Globalização e a Política Ambiental". Trabalho apresentado no GT Ecologia e Sociedade no XIX Encontro Anual da ANPOCS.

- Virilio, Paul
- 1986 *Speed and Politics*. Nova Iorque. Semiotext(e) Foreign Agents Series.
 - 1995 "Speed and Information: Cyberspace Alarm!". In *Ctheory*, http://www.ctheory.com/a30-cyberspace_alarm.html. Originalmente publicado em *Le Monde Diplomatique*, agosto de 1995.
- Wallerstein, Immanuel
- 1974 *The Origin of the Modern World System*. Nova Iorque. Academic Press.
- Wapner, Paul
- 1995 "Politics beyond the State: Environmental Activism and World Civic Politics". *World Politics* 47: 311-40.
- Werbner, Pnina
- 1997 "Introduction: The Dialectics of Cultural Hybridity". In Pnina Werbner e Tariq Modood (orgs.), *Debating Cultural Hybridity. Multi-Cultural Identities and the Politics of Anti-Racism*. Londres e Nova Jérsei. Zed Books.
- Werbner, Pnina e Tariq Modood (orgs.)
- 1997 *Debating Cultural Hybridity. Multi-Cultural Identities and the Politics of Anti-Racism*. Londres e Nova Jérsei. Zed Books.
- Whitney, Craig R.
- 1997 "Hobnobbing at Very High Levels. Political and Corporate Elite Pay Handsomely at Davos". *The New York Times*, 28 de janeiro de 1997, D1/D21.
- Williams, Brackette F.
- 1989 "A Class Act. Anthropology and the Race to Nation across Ethnic Terrain". *Annual Review of Anthropology* 18: 401-444.
- Wilson, Rob e Wimal Dissanayake (orgs.)
- 1996 *Global/Local. Cultural Production and the Transnational Imaginary*. Durham e Londres. Duke University Press.
- Wolf, Eric R.
- 1982 *Europe and the People without History*. Berkeley. University of California Press.
- World Bank Group (The)
- 1995 *Learning from the Past, Embracing the Future*. The World Bank Group. Washington, D.C.

SÉRIE ANTROPOLOGIA

Últimos títulos publicados

214. SILVEIRA, Alex Ricardo Medeiros da. Vila São Jorge & Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o Impacto Cultural de um Projeto Ecológico. 1997.
215. SEGATO, Rita Laura. Formações de Diversidade: Nação e Opções Religiosas no Contexto da Globalização. 1997.
216. RAMOS, Alcida Rita. A Concise Dictionariy of Received Prejudice. 1997.
217. RIBEIRO, Gustavo Lins. Bodies and Culture in the Cyberage. A Review Essay. 1997.
218. RIBEIRO, Cultura, Ideologia, Poder e o Futuro da Antropologia. Conversando com Eric R. Wolf. 1997.
219. LITTLE, Paul E. Superimposed Cosmographies on Regional Amazonian Frontiers. 1997.
220. DIAS, Eurípedes da Cunha. MST: Rito e Praxis da Democracia Agrária. 1997.
221. RAMOS, Alcida Rita. Convivência Interétnica no Brasil. Os Índios e a Nação Brasileira. 1997.
222. BARRETTO FILHO, Henyo T. Da Nação ao Planeta Através da Natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação na Amazônia. 1997.
223. RIBEIRO, Gustavo Lins. A Condição da Transnacionalidade. 1997.

A lista completa dos títulos publicados pela **Série Antropologia** pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Brasília
70910-900 — Brasília, DF

Fone: (061) 348-2368

Fone/Fax: (061) 273-3264